

LITERATURA DE VIAGEM E TRADUÇÃO NAS RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: DO SÉCULO XIX À GUERRA FRIA

Eduardo Luis Araújo de Oliveira Batista¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar a atuação da literatura de viagem e da tradução literária, aqui vistas como atividades similares de representação cultural, nas trocas culturais entre o Brasil e os EUA durante o período compreendido entre o início das relações entre as duas nações, no século XIX, e o momento de maior aproximação, no contexto da Guerra Fria que se desenvolveu na segunda metade do século XX. Propomos apontar de que forma as duas atividades citadas foram utilizadas nos esforços de aproximação entre os dois países, dentro da perspectiva estadunidense de estender suas relações ao restante da América e garantir a sua supremacia política e cultural no continente, frente à influência européia.

Palavras-chave: representação cultural, tradução, literatura de viagem.

Abstract: This paper analyzes the performance of travel literature and literary translation - here seen as similar activities of cultural representation - in the cultural exchange between Brazil and the U.S. since the beginning of their mutual relations in the nineteenth century until the moment of closest approach in the context of the Cold War that developed in the second half of the twentieth century. We propose to point out how the two activities mentioned were used in efforts of rapprochement between the two countries in the perspective of U.S. intentions to extend their relations with the rest of America and ensure their cultural and political supremacy in the continent.

Key-words: cultural representation, translation, travel literature.

Como comenta Mirian Moreira Leite em seu levantamento da literatura de viagem sobre o Brasil produzida entre 1803 e 1900, "é possível estabelecer uma correlação entre o número de viajantes provenientes das diversas procedências e o predomínio industrial desses locais de origem, no comércio internacional" (Moreira Leite, 1997, p. 21). Se durante todo o século XIX a predominância em nosso país foi de viajantes ingleses, em consonância com a forte influência comercial que o Império Britânico exercia sobre Portugal e conseqüentemente sobre o Brasil, seguido dos autores franceses, que exerciam maior influência no aspecto cultural, uma mudança de orientação surgiu a partir do fim desse século, que é encerrado, nos anais da literatura de viagem sobre o Brasil, pela presença crescente de autores estadunidenses. A

¹ Doutorando em Teoria e História da Literatura no Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP. Bolsista CNPq. E-mail: eduardolaob@yahoo.com.br

mesma tendência encontra-se no intercâmbio tradutório, como revela Heloísa Barbosa, segundo a qual as traduções em língua inglesa de obras brasileiras que no século XIX eram publicadas no Reino Unido passam a ser publicadas nos EUA no século XX (Barbosa, 1994, p. 33).

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos, no entanto, iniciaram-se com a chegada da coroa portuguesa em 1808, quando foi nomeado o primeiro cônsul estadunidense no país. Os primeiros oficiais dos EUA enviados ao Brasil, no entanto, foram recebidos com desconfiança pelo governo português, cujo papel de representante da monarquia européia no continente americano o opunha frontalmente ao republicanismo dos EUA. Desconfiança que se confirmaria na participação de oficiais estadunidenses nos levantes separatistas que eclodiram no início do século, como a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824) (Bandeira, 1978, p. 88)². A exportação dos ideais republicanos norte-americanos para o Brasil dava-se não só através da ação de seus emissários e viajantes, mas também da tradução do *The federalist*³ para o português, volume composto de textos de debate político que defendiam o republicanismo (Holanda, 1985, p. 183). A segunda metade do século XIX trouxe ainda grandes expedições científicas norte-americanas ao Brasil, como a Expedição Thayer, chefiada pelo famoso naturalista, contendor de Darwin na teoria evolucionista, Louis Agassiz, suíço que se naturalizou nos EUA e percorreu a Amazônia e todas as capitais do litoral brasileiro da Bahia ao Pará, entre 1865-66, e co-autor, junto à sua mulher Elizabeth Agassiz, do importante relato *Journey in Brazil* (1868). Outro grande viajante norte-americano a nos visitar foi o discípulo de Agassiz, Charles Frederick Hartt, que chefiou a Expedição Morgan (1870-71) e foi diretor da Comissão Geológica do Brasil, a convite de D. Pedro II (Freitas, 2002). A tendência de viajantes norte-americanos no Brasil persistiu no início do século XX. Em 1913 o Brasil recebeu a visita do então ex-presidente dos EUA

² Sérgio Buarque de Holanda cita o caso do cônsul norte-americano Joseph Ray, expulso do país em 1825 por seu envolvimento com os revolucionários de Pernambuco, aos quais tentou entregar um navio cheio de armas trazidas dos EUA, e que chegou ao porto de Recife quando o movimento já havia sido dominado (Holanda, 1985, p. 182).

³ Segundo Holanda, *The Federalist*, coleção de textos publicados entre 1787 e 1789 que explicavam a nova constituição dos EUA, surge pela primeira vez em uma tradução portuguesa de 1840 que logo desaparece, sendo editada nova tradução por anônimo na Imprensa Oficial de Minas, em 1896, em Ouro Preto (Holanda, 1985, p. 183).

Theodore Roosevelt, que visitou o Amazonas e Mato Grosso, publicando em 1914 *Through the Brazilian wilderness* (Nas selvas do Brasil). Assim como na atuação dos primeiros oficiais norte-americanos enviados no início do século XIX, os viajantes estadunidenses revelam em seu discurso o interesse expansionista dos EUA sobre a América Latina. No estudo que Ana Lúcia Gazzola realizou sobre as mulheres viajantes no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, em que analisa, entre outros, relatos de Elizabeth Agassiz, e de Alice Humphrey, a autora salienta a postura etnocêntrica presente nos textos:

[...] fica claro que as autoras se identificam aos interesses norte-americanos, acreditam na superioridade do sistema de seu país e em sua validade para o Brasil, tornando-se, de alguma forma, arautos e até veículos da missão civilizadora e transformadora norte-americana: começa a exportação [...] do *American way of life* (Gazzola, 1995, p. 59).

O crescimento da influência estadunidense sobre o Brasil durante o século XIX, do qual a pequena genealogia de viajantes acima levantada é um índice revelador, deu-se no contexto da Doutrina Monroe. Posta em vigor no governo de James Monroe (1817-25), a política continental do novo estado norte-americano pretendia frear o expansionismo europeu nas Américas e colocar o continente como área de influência dos EUA, inaugurando uma série de políticas externas (Dollar diplomacy, Big stick, Good neighbor, Alliance for progress), que visavam, antes de tudo, assegurar a influência estadunidense sobre os demais países do continente americano. A consolidação dessa influência, no entanto, ocorreu somente com a II Guerra Mundial, através da “Política da boa vizinhança”. Como afirma Octávio Ianni:

[...] em geral, foi durante a II Guerra Mundial que a maioria dos governos da América Latina adotou a doutrina da segurança hemisférica. A doutrina foi supostamente feita para proteger a solidariedade latino-americana da penetração de interesses estrangeiros no hemisfério – mas em última instância foi desenvolvida para proteger os interesses norte-americanos (Ianni, 1984, p. 24) ⁱ.

Ainda segundo Ianni, desde que assumiu sua hegemonia sobre o mundo capitalista, os EUA passaram a dedicar substanciais recursos materiais, organizatórios e intelectuais à sua política cultural internacional. Para Ianni, a produção cultural faz parte das relações de interdependência, alienação e

antagonismo que caracterizam as relações capitalistas de dominação e produção. É através das idéias e concepções, doutrinas e teorias, que se codificam, legitimam e reproduzem as relações, os processos e as estruturas de dominação política e apropriação econômica nos países periféricos.

Nesse contexto, para Ianni, a política cultural do imperialismo estadunidense desenvolvida nesse período deve ser vista “como parte integrante e fundamental da doutrina da diplomacia total dos EUA” (Ibidem, p. 39). A política cultural estadunidense no continente durante o período da “Política da Boa Vizinhança”, que se iniciou em 1933 por ação do presidente Franklin Delano Roosevelt, atuou como peça fundamental no estreitamento das relações entre os EUA e a América Latina, e teve a indústria de Hollywood como um de seus agentes mais eficazes. Além de atores famosos da época, ela proporcionou a vinda de importantes criadores e difusores de imagens sobre o Brasil, como Walt Disney, que aqui esteve em 1941 como “Embaixador da Boa Vizinhança”, convidado por Nelson Rockefeller, diretor do birô para Assuntos Inter-Americanos. O resultado dessa viagem foi a criação de um personagem brasileiro, Zé Carioca, que apareceu pela primeira vez no desenho de longa-metragem *Alô amigos*, de 1943 (Ferreira Leite, 2001). Em 1942 o Brasil recebeu também a visita do famoso cineasta Orson Welles, convidado pelo Departamento de Estado norte-americano a dirigir um documentário sobre o nosso país, que iria se chamar *It's all true*. O projeto foi abortado, e o filme ficou inconcluso, por não ter se adequado à agenda política norte-americana, como atesta Lawrence Russell: “não é de surpreender que a política corroe a agenda cultural da missão de boa-vontade de Welles. As autoridades de ambos países queriam algo mais ‘bonito’, uma visão superficial do Brasil que encorajasse o turismo em vez de críticas e lamentos por justiça social” (Russell, 2002) ⁱⁱ. Além do cinema, uma extensa rede de atividades culturais estava envolvida, conforme declara H. Sargeant Howland,

[...] no final da II Guerra Mundial os americanos já estavam ativos no negócio da persuasão internacional. Estávamos utilizando a maioria das técnicas hoje em uso, inclusive filmes documentários, **traduções de livros americanos**, programas de rádio, mostras fotográficas, bibliotecas de livros americanos, **programas de intercâmbio de pessoas** [...], etc. Essas técnicas eram aplicadas por americanos no exterior, operando

com muita assistência de cidadãos locais (apud Ianni, 1976, p. 41) (grifo meu).

Segundo Ianni, políticos, diplomatas, empresários, cientistas sociais norte-americanos e estrangeiros, foram convidados e pagos para ajudar a aperfeiçoar a formulação dos objetivos e dos meios organizatórios destinados a tornar mais eficaz a política cultural do imperialismo estadunidense. Política essa que envolvia a combinação de programas e agências governamentais com a atuação de empresas privadas. O incentivo governamental foi estabelecido através de diversos programas como os *Fullbright Acts*⁴ de 1946 e 1961 (Ianni, 1976, p. 40), e empresas privadas como as Fundações Rockefeller e Ford fomentaram programas de intercâmbio cultural com o fornecimento de bolsas e financiamento de projetos, entre outros benefícios. A política cultural externa envolvia também traduções, como confirma Barbosa: “parece que traduções de obras brasileiras tornaram-se parte desse esforço apenas quando a importância estratégica do Brasil foi totalmente apreciada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos logo antes e durante a Segunda Guerra Mundial” (Barbosa, 1994, p.33)ⁱⁱⁱ.

A intensificação do interesse dos EUA pelo continente refletiu-se na especialização do campo dos estudos interculturais, realizados pioneiramente pelos viajantes, levando ao surgimento, na primeira metade do século XX, dos latino-americanistas, estudiosos, em sua maioria estadunidenses, da América Latina. O campo de estudos inclui especialistas das principais nações, como os brasilianistas, especialistas no Brasil. Segundo José Carlos Meihy, “é brasilianista aquele que, exercendo em caráter constante a profissão nos EUA, participa dos recursos financiadores de instituições norte-americanas, forma estudantes e promove pesquisas sobre o Brasil” (Meihy, 1990, p.24). O brasilianista substituiu o viajante do século XIX e representa a institucionalização do olhar estadunidense sobre o Brasil. Conforme Meihy, a primeira geração de brasilianistas surgiu durante o estabelecimento e extensão da política da Boa Vizinhança, entre 1936 e 1959. A colaboração hemisférica levou também ao envio de estudiosos brasileiros para os EUA, proporcionando, por exemplo, as estadias nos EUA dos brasileiros Sérgio Buarque de Holanda,

⁴ Legislação que previa o financiamento de programas de intercâmbio acadêmico internacional.

Gilberto Freyre e Afrânio Coutinho (1942-47), este último convidado a assumir um cargo na revista *Reader's Digest* e se responsabilizar pela sua versão em português. Esse intercâmbio permitiu que Coutinho se firmasse como o introdutor do New Criticism no Brasil. Essa aparente mão dupla, proporcionada pelo intercâmbio de intelectuais dos dois países, porém, deve ser contextualizada, como sugere Lúcia Lippi Oliveira – “*o mundo acadêmico norte-americano se organiza para estudar a América Latina; os latino-americanos vão aos Estados Unidos aprender como devem se estudar*” (Lippi Oliveira, 2000:21) (Grifo da autora). Ainda segundo Lippi Oliveira,

[...] a criação de uma edição brasileira da revista *Reader's Digest* é parte desse movimento de penetração no continente: já estava sendo publicada em espanhol e passava a ser também em português. A postura da publicação era trabalhar junto aos empresários, estes no “front econômico”, e *Seleções* no “front ideológico” da colaboração hemisférica (Lippi Oliveira, 2000, p. 99).

O fenômeno dos latino-americanistas e brasilianistas, portanto, não é visto como um simples programa de intercâmbio cultural, mas reflete interesses bem pragmáticos. Esses interesses podem ser reconhecidos na escolha das principais disciplinas de estudo, que apresenta uma ênfase nas ciências sociais e econômicas, o que é confirmado pelo brasilianista Richard Morse, que critica “*a pouquíssima atenção dada à filosofia, arte e música da América Latina*” nos estudos acadêmicos (Morse, 1990, p. 211). O interesse pragmático dos estudos acadêmicos estadunidenses sobre o Brasil é também apontado por Barbosa no perfil das traduções de obras brasileiras publicadas nos EUA. Segundo ela:

[...] entre as obras de ciência social disponíveis em traduções para a língua inglesa encontram-se obras nas áreas de política, economia, história e sociologia, que formam parte do campo de interesse dos brasilianistas. Tamanho é o interesse no Brasil como um tópico de estudo nas ciências sociais que um CD-ROM de pesquisa para **obras de ciência social sobre o Brasil escritas diretamente em inglês** revela uma riqueza de material, e as livrarias universitárias possuem em abundância obras no campo (Barbosa, 1994, p. 86) (grifo meu) ^{iv}.

A institucionalização do estudo acadêmico sobre os países latino-americanos nos EUA, segundo Ianni, estaria ligada à política do imperialismo cultural. Para o autor, as políticas externas dos EUA para a América Latina apresentam um perfil evolutivo que aprofunda seu caráter intervencionista no século XX, atingindo seu ápice nos anos 1960 durante a Guerra Fria, após a revolução cubana de 1959 que acirrou a disputa de influências entre os blocos socialista e capitalista numa área até então considerada de domínio exclusivo estadunidense:

[...] pode-se dizer que os problemas políticos, econômicos e militares latino-americanos começaram a se desenvolver como questões continentais mais rápida e amplamente depois de 1959. Organizações multilaterais inter-americanas para análise e tomada de decisão a respeito de problemas políticos, econômicos, de negócios, religiosos, culturais, científicos, de trabalho e outros, tem proliferado desde essa data (Ianni, 1976, p. 34)^v.

É nesse sentido que a indústria norte-americana de pesquisas sociais entrou na sua fase imperialista, como sugere Ianni, ao afirmar que “os programas e agências governamentais e privadas encarregadas de por em prática a política cultural dos EUA no exterior envolvem amplo uso das ciências sociais nas operações políticas e militares” (Ianni, 1976, p. 43). A especificidade dos estudos norte-americanos sobre os países da América latina é reafirmada por Richard Morse:

[...] ironicamente os estudos latino-americanos estão segregados dos da civilização ocidental não na América Latina, mas nas próprias entranhas do monstro. Aqui entram em jogo conveniências administrativas, necessidades de “defesa” nacional e a organização tipo “fábrica de alfinetes” das universidades norte-americanas, que recrutam especialistas sub-regionais, da mesma forma que o Departamento de Estado ou a CIA criam escritórios para “manejar” o Brasil ou a América Central (Morse, 1990, p. 128).

A política cultural gerada pela colaboração hemisférica contou também com um projeto envolvendo as traduções:

Em 1960 a Associação das Imprensas Universitárias Americanas lançou um programa de distribuição que iria ajudar a levar livros norte-americanos para o sul e trazer livros sul-

americanos para o norte. O programa possuía apoio financeiro da Fundação Rockfeller, e necessitava de apoio dos escritores latino-americanos também: eles deveriam ceder seus *royalties*, de forma que os tradutores pudessem ser pagos (Barbosa, 1994, p. 85)^{vi}.

Segundo Barbosa, no final de 1963 dezoito livros haviam sido publicados, vinte e dois estavam planejados para 1964, e dezesseis estavam em processo (Barbosa, 1994, p.85). Em seu levantamento das obras brasileiras traduzidas para a língua inglesa nos EUA nesse período, Barbosa aponta o governo norte-americano como o principal financiador das publicações. Essa patronagem obviamente acabou influenciando o teor das obras traduzidas. Refletindo a tendência dos estudos acadêmicos de apresentarem maior interesse pelas ciências sociais, também as traduções de obras ficcionais acabam adquirindo o mesmo caráter pragmático e estratégico, como demonstra Barbosa:

A necessidade de aprender sobre o Brasil que leva à tradução e publicação de obras das ciências sociais parece invadir a área das obras literárias. As últimas também parecem ser selecionadas para tradução com o objetivo de torná-las “ambassadorial works”, de forma que, sejam elas documentos verdadeiros ou ficcionais, tenham um contexto político, social e geográfico reconhecíveis (Barbosa, 1994, p. 87)^{vii}.

Ou seja, as obras não foram escolhidas para tradução por suas qualidades literárias, mas pela possibilidade de se tornarem fontes de informação sobre a realidade sócio-cultural do país. Em concomitância com a política intervencionista que no século XIX apoiou as revoluções separatistas anteriormente descritas, a nova política externa norte-americana para o continente, a “Aliança para o Progresso”, instituída por Kennedy em 1961, através de seu braço cultural acabou gerando o projeto Camelot, que se tornou um escândalo mundial em 1966. O projeto Camelot, um projeto de pesquisas sociológicas dos norte-americanos em países estrangeiros, e que tinha como objetivo “prever e influenciar os aspectos politicamente importantes da mudança social nas nações em desenvolvimento”, acabou denunciado por alguns latino-americanistas como estando diretamente relacionado aos programas militares de contra-insurreição (Ianni, 1976, p. 51). O projeto

Camelot é o ponto clímax no processo de imperialismo cultural posto em prática pela política externa dos EUA na América Latina durante a Guerra Fria, que tendeu a atuar de forma mais discreta nos anos 1970 com a estratégia do *Low profile*, um suposto abandono das tentativas de impor soluções dos EUA sobre problemas latino-americanos (Einaudi, 1974, p. 252).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os estudos sobre o Brasil nos EUA: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, N. 27, p. 31-61, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moriz. *Presença dos E.U.A. no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *The virtual image: Brazilian literature in English translation*. 1994. 500 f. 2 v. Tese (PhD) Centre for British and Comparative Cultural Studies, University of Warwick.

BISHOP, Elizabeth. *Uma arte*. As cartas de Elizabeth Bishop. Org. Roberto Giroux. Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

FERREIRA LEITE, Sidney. Walt Disney, embaixador da boa vizinhança. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 01 dez 2001. Disponível em: <www.jt.estadao.com.br/suplementos/saba/2001/12/saba009.html>.

FREITAS, Marcus Vinícius. *Charles Frederick Hart*. Um naturalista no Império de Pedro II. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. *Mulheres à deriva: viajantes anglo-americanas no Brasil*. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, N.27, junho 1995. (Cadernos de pesquisa).

HOLANDA, Sérgio Buarque. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

IANNI, Octávio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LIPPI OLIVEIRA, Lucia. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A colônia brasilianista*. História oral de vida acadêmica. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MOREIRA LEITE, Miriam L. *Livros de viagem. 1803-1900*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MORSE, Richard M. *A volta de McLuhanaíma*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

RUSSELL, Lawrence. It's all true. Disponível em: <www.culturecourt.com/f/hollywood/alltrue.html>.

Notas finais:

ⁱ "in general, it was during World War II that most governments of Latin American countries adopted the doctrine of hemispheric security. The doctrine was supposedly drawn up to protect Latin American solidarity from penetration by foreign interests in the hemisphere – but it was ultimately designed to protect North American interests".

ⁱⁱ "It isn't surprising that politics eroded the cultural agenda of the Welles good-will mission. The authorities in both countries wanted something 'pretty', a superficial view of Brazil that would encourage tourism rather than criticism and cries for social justice".

ⁱⁱⁱ "It would appear that translations from Brazilian literary works became part of this effort only when the strategic importance of Brazil was fully appreciated by the United States Defense Department just before and during the Second World War".

^{iv} "Among the Brazilian social science works available in English translation are works in the areas of politics, economics, history and sociology, which form part of the field of interest of Brazilianists. Such is the interest in Brazil as a topic of study in the social sciences that a CD-ROM search for social science works about Brazil written directly in English reveals a wealth of material, and university libraries abound with works in this field".

^v "It could be said that Latin American political, economic, and military problems began to develop as continental issues more widely and rapidly after 1959. Multi-lateral inter-American organizations for analysis and decision-making regarding political, economic, business, religious, cultural, scientific, labor, and other problems have proliferated since that date".

^{vi} "In 1960 the Association of American University Presses launched a book distribution programme that would 'help move North American books south and South American books north' (Frugé 1964: 17). The programme had financial support from the Rockefeller Foundation, and necessitated the support of Latin American writers as well: they had to waive their royalties, so that the translators could be paid (Frugé 1964: 15-17). 'By the end of 1963, 18 books had been published. Twenty two are scheduled for 1964, and 16 more are in process. Others are proposed' (Frugé 1964: 16)".

^{vii} "The need to learn about Brazil that accounts for the translation and publication of social sciences works seems to spill over into the area of literary works. The latter also appear to be selected for translation with the aim of making them into ambassadorial works, so that whether they are 'true or fictional documents, they have a recognizable social, political or geographical context' (Vanderauwera 1985: 29)".